



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## *Breaking News #9*

AGOSTO DE 2017

# A Agenda e os Desafios da Adesão do Brasil à OCDE

PAULO AFONSO VELASCO JR. - *SENIOR FELLOW* DO CEBRI E  
PROFESSOR DE POLÍTICA INTERNACIONAL DA UERJ

## Sobre o CEBRI

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais é pautado pela excelência, ética e transparência na formulação e disseminação de conteúdo de alta qualidade sobre o cenário internacional e o papel do Brasil. Engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil em um debate plural, o CEBRI influencia a construção da agenda internacional do país e subsidia a formulação de políticas públicas, gerando ações de impacto e visão prospectiva.

Ao longo de mais de dezoito anos de história, a instituição se destaca por seu acervo intelectual, pela capacidade de congregiar múltiplas visões de renomados especialistas e pela envergadura de seu Conselho Curador.

Conectado à agenda internacional, o CEBRI identifica e analisa as mais relevantes questões internacionais, promovendo o engajamento entre a produção de conhecimento e a ação política.

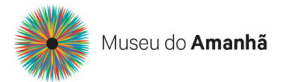
**[www.cebri.org](http://www.cebri.org)**

---

**EXPEDIENTE** Diretora Executiva: **Julia Dias Leite** | Diretor de Relações Institucionais: **Tomás Amorim** | Superintendente de Projetos: **Renata H. Dalaqua** | Coordenadora de Projetos: **Bárbara Brant** | Coordenadora Administrativa: **Camila Sabino** | Coordenadora de Comunicação e Eventos: **Giselle Galdi** | Assistente de Projetos: **Carlos Arthur Ortenblad Jr.** | Trainee de Comunicação: **Clarice Perrot Cardoso** | Estagiários: **Ana Vıbranovski; Evandro Osuna; Gabriel Torres; Luiz Gustavo Carlos; Maurıcio Alves** | Voluntários: **Danielle Caroline Batista da Silva; Mariana Panero; Nathália Miranda Diniz Neves** | Consultores de Projetos: **Carla Duarte; Nathan Klabin; Suzana Green Haddad** | Projeto Gráfico: **Presto Design**

Todos os direitos reservados: CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - Rua Candelária, 9 - Grupo 201 - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 20091-020 - Tel: + 55 21 2206-4444 - [cebri@cebri.org.br](mailto:cebri@cebri.org.br) - [www.cebri.org.br](http://www.cebri.org.br).

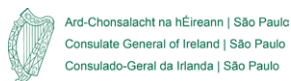
MANTENEDORES:



ASSOCIADOS ESTRANGEIROS:



ASSOCIADOS DIPLOMÁTICOS:



PARCEIROS DE PROJETOS:



Nesta edição, o CEBRI Breaking News aborda o tema “A Agenda e os Desafios da Adesão do Brasil à OCDE”, debate que ocorreu no dia 25 de agosto, na Casa das Garças, no Rio de Janeiro. Na ocasião, as discussões englobaram os desafios da adesão brasileira à OCDE, bem como diversas implicações e possíveis benefícios daí resultantes.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos palestrantes pela participação: Embaixador Carlos Márcio Cozendey (Subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE), Marcello de Moura Estevão Filho (Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda), José Augusto Fernandes (Diretor de Políticas e Estratégia da CNI) e Sandra Polónia Rios (Senior Fellow do CEBRI e Diretora do CINDES). Destacamos e agradecemos, ainda, a Casa das Garças e o CINDES pela parceria com o CEBRI para a realização do debate.

AGOSTO DE 2017

---

# A Agenda e os Desafios da Adesão do Brasil à OCDE

PAULO AFONSO VELASCO JR. - *SENIOR FELLOW* DO CEBRI E  
PROFESSOR DE POLÍTICA INTERNACIONAL DA UERJ

O processo de entrada do Brasil na Organização para a Co-  
operação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cons-  
titui a mais emblemática iniciativa da política externa do  
governo Michel Temer até aqui. Sinaliza para a busca de  
uma posição de maior destaque e envergadura na cena internacional,  
bem como para a interpretação de que essa adesão representará ganhos  
econômicos palpáveis para o país e ajudará até mesmo no avanço de re-  
formas e ajustes no plano doméstico. Cumpre entender, contudo, quais  
são os desafios para o Brasil nesse processo de adesão.

Questões como essa foram respondidas e perspectivas em torno do tema  
foram ampliadas ao longo do evento realizado na Casa das Garças, que  
reuniu o Embaixador Carlos Márcio Cozendey (Subsecretário-geral  
de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE), Marcello de Moura  
Estevão Filho (Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da  
Fazenda), José Augusto Fernandes (Diretor de Políticas e Estratégia da  
CNI) e Sandra Polónia Rios (*Senior Fellow* do CEBRI e Diretora do  
CINDES). A questão inicial estabelece uma espécie de marco do debate:  
por que o Brasil decidiu aderir à OCDE como membro efetivo e quais  
são os custos e gargalos nesse processo? Além disso, buscou-se discutir  
em que medida essa entrada é compatível com a tradicional parceria do  
Brasil com os países do Sul global.

## O Alargamento da OCDE

A partir do fim da Guerra Fria, e mais especialmente nos últimos 10  
anos, a realidade internacional tem revelado um avanço no engajamento  
e na participação de países do Sul global nos mecanismos de governança  
global. É expressão desse movimento a incorporação de novos países nos  
quadros da OCDE.



A OCDE está vivendo o seu ter-  
ceiro momento de expansão, tendo  
havido um primeiro nos anos 1970,  
com a incorporação da Austrália e  
do Japão e um segundo nos anos  
1990, com a entrada do México  
e da Coreia do Sul. Desde 2007,  
países como Rússia, Chile, Israel e  
Estônia iniciaram processo de ade-  
são, enquanto outros, como Brasil,  
Indonésia, Índia, China e África do  
Sul passaram para um engajamen-  
to ampliado (*enhanced engagement*)  
com a organização.

Importa reconhecer que a OCDE revelou perplexidade com a crise financeira de 2008, tendo passado a buscar uma bússola para reorientar-se. Os Estados Unidos passaram de âncora a fonte de incertezas, inclusive orçamentárias. Nesse cenário, a organização empreendeu esforços pela multiplicação de *stakeholders*, incluindo um maior diálogo com a sociedade civil.

É sabido que nesse processo de alargamento, a OCDE tem buscado preservar algum equilíbrio geográfico e alguma convergência de visões e valores; evitando-se a entrada automática, por exemplo, de países do Leste Europeu pertencentes à União Europeia. Percebe-se aí o dilema da coesão *versus* ampliação, que é levado em consideração pela organização.

Em 2012, iniciou-se outra rodada de ampliação, com Letônia, Colômbia, Costa Rica e Lituânia. Nesse ínterim, o Brasil assumiu uma presença regular em um maior número de comitês (já atuando em cerca de vinte e três), além de ter aderido a vários instrumentos da organização. Em 2017, contudo, a aproximação que vinha sendo conduzida de forma à la carte foi acelerada. O exercício de acessão à OCDE corresponde a um esforço de conformidade gradual com o *acquis* da organização ou, na falta deste em determinada matéria, à adoção de práticas compatíveis com as dos outros membros. Além do Brasil, há hoje outros candidatos buscando a entrada na OCDE: Argentina, Peru, Romênia, Bulgária e Croácia. Tal lista de países confirma, mais uma vez, o compromisso em equilibrar membros europeus e não-europeus.

### Os ajustes ao *acquis* da OCDE

É perceptível uma ausência de consenso entre as instituições e agências governamentais acerca dos benefícios que a adesão à OCDE traria ao país. Há, também, discrepâncias entre as percepções dos atores sobre o grau de compatibilidade entre os instrumentos da OCDE e o ordenamento jurídico interno do Brasil.

Sabe-se que alguns temas deverão ser mais sensíveis nas negociações, como a cooperação para o desenvolvimento, uma vez que o Brasil adota posicionamento distinto da maior parte dos membros da organização nessa área. Da mesma forma, é provável que o país coloque algumas reservas em questões relacionadas a movimento de capitais e movimento de intangíveis. O Banco Central do Brasil, por exemplo, sempre foi cauteloso

#### CONTEÚDO RECOMENDADO

### O Brasil na OCDE

O governo brasileiro notificou a adoção de 31 novos instrumentos jurídicos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

#### Brasil adota novos instrumentos jurídicos da OCDE



<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/brasil-adota-novos-instrumentos-jur%C3%ADdicos-da-ocde>

no tocante à liberalização de serviços financeiros transfronteiriços (*cross-border financial services*). O modelo de bitributação da OCDE também é distinto do padrão seguido pelo Brasil e deve ensejar alguma dificuldade. Até mesmo dispositivos em matéria ambiental, incluídos no *acquis* da OCDE, podem conduzir a impasses.

Vale notar, contudo, que a OCDE não emite normas coercitivas, mas assenta-se em *soft law*, definindo apenas padrões. Além disso, a organização não conta com mecanismo de solução de controvérsias. A verificação da conformidade do país aos seus padrões e instrumentos se dá apenas no momento do acesso, depois vale a lógica *peer review*.

O processo de adesão costuma se estender por cerca de três anos, como foi o caso do Chile – embora a Colômbia já esteja negociando há quatro. É verdade, contudo, que há fatores que podem favorecer a adesão do Brasil, como o fato de o país ser signatário de compromissos relativos ao combate à corrupção, como a Convenção Anti-Suborno da organização. A farta presença do país em diversos comitês e instrumentos é um fator facilitador, bem como a própria flexibilidade e o caráter *soft law* do arcabouço normativo da OCDE.

### Possíveis benefícios

Importa esclarecer que a agenda externa do Brasil deve contribuir, no longo prazo, para o aumento do crescimento da economia brasileira. Para tanto, é preciso perseguir alguns objetivos: ampliar a voz do país nos foros decisórios internacionais; elevar a inserção brasileira no comércio e nos fluxos de investimentos internacionais e, por fim, buscar uma aproximação tanto do polo de riqueza (OCDE), quanto



FOTO: JULIEN DANIEL / OECD

do polo de crescimento econômico (BRICS) – não havendo qualquer contradição nessas aproximações ao Norte e ao Sul. É digno de nota registrar, dentre essas ações, a entrada do país no Clube de Paris em 2016, ao mesmo tempo em que continua empenhado em iniciativas do BRICS, como o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas.

Para entender o que o Brasil pode ganhar com a adesão, vale a análise dos exemplos de vários países que entraram na OCDE nas últimas três décadas, sendo possível identificar alguns benefícios econômicos obtidos a partir da adesão, embora seja difícil afirmar se esses ganhos resultaram isoladamente da acessão ou das reformas que os países já vinham conduzindo e foram reforçadas com a entrada na organização.



CONTEÚDO RECOMENDADO

## Apoio do Reino Unido

O Brasil conta com o apoio do governo britânico para juntar-se à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo dos países mais industrializados.

### Reino Unido apoia pedido do Brasil para integrar OCDE, diz ministro



<http://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2017-07/reino-unido-apoia-pedido-do-brasil-para-integrar-ocde-diz-ministro>

Em primeiro lugar é possível destacar o “efeito grupo”, que resulta numa melhora do *rating* soberano e na percepção dos investidores. São bons exemplos disso a queda nos custos do serviço da dívida e a redução do *spread* com a obtenção do grau de investimento. Verifica-se, igualmente, um aumento no ritmo de crescimento econômico, bem como uma elevação na entrada de investimento estrangeiro direto (IED) e nos fluxos de comércio. Com essas referências, é possível concluir que a entrada do Brasil na OCDE resultaria numa melhora da integração do país à economia mundial.

A busca pelo pleno acesso à OCDE pode aproximar o país de boas práticas de governança macroeconômica. Em paralelo, esse processo pode dar voz ao Brasil dentro da instituição, permitindo que o país tente influenciar políticas e orientações às quais já vinha se submetendo, mesmo não sendo membro efetivo da organização. Por fim, cumpre reconhecer que o país está ingressando em uma nova OCDE, mais plural e representativa, não precisando abrir mão de sua

identidade e podendo manter sem maiores constrangimentos o seu tradicional engajamento com o Sul. O mundo contemporâneo não impõe mais opções excludentes de alinhamento ou engajamento, sendo possível e desejável mirar tanto ao Norte quanto ao Sul, e assim faz o Brasil.



## Biografias

### **Embaixador Carlos Márcio Cozendey**

Embaixador Cozendey é o Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores, atuando como “sherpa” do Brasil no G20. Ele é responsável por supervisionar o papel do Brasil em organizações econômicas e financeiras internacionais, como a OMC, a OCDE e a UNC-TAD, nas negociações comerciais entre o MERCOSUL e países extra-regionais e em consultas econômicas e financeiras bilaterais.

### **Marcelo de Moura Estevão Filho**

Marcello Moura Estevão Filho é Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério das Finanças do Brasil. Anteriormente, trabalhou para o FMI como: Chefe da Missão no Peru; Deputado Chefe da Divisão de Estudos Regionais; Chefe da missão na Nicarágua; Chefe da Missão em Barbados; Chefe Adjunto, Divisão norte-americana; Economista Senior e Economista.

### **José Augusto Fernandes**

José Augusto Fernandes é Diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Mestre em Economia na PUC-Rio. Anteriormente, foi Economista-Chefe na Confederação Nacional da Indústria (CNI); ex-Presidente da Fundação do Comércio Exterior (FUNCEX); Vice-Presidente da Associação Brasileira de Exportadores da AEB; Diretor da ICC Brasil; Membro do Conselho do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES); Membro do Conselho do Instituto Nacional de Estudos Elevados (INAE) e Membro do Conselho de Assessores da Cidade do Rio de Janeiro.

### **Sandra Polónia Rios**

Sandra Polónia Rios é *Senior Fellow* do CEBRI e Diretora do CINDES - um centro de estudos sobre questões de integração e desenvolvimento econômico. Suas áreas de especialização incluem negociações comerciais e política comercial. Ela é Professora de Política Comercial na Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e atua como consultora permanente da Confederação Nacional da Indústria do Brasil (CNI).

## Conselho Curador do CEBRI

Presidente do Conselho Curador

José Pio Borges de Castro Filho

Vice-Presidentes do Conselho Curador

José Luiz Alquéres

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Miguel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Tiago Juk Benke

Conselheiros

Aldo Rebelo

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Cláudio Frischtak

Denise Gregory

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Joaquim Falcão

Jorge Marques de Toledo

Camargo

José Alfredo Graça Lima

Luiz Fernando Furlan

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Maria do Carmo (Kati) Nabuco de

Almeida Braga

Maria Regina Soares de Lima

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Roberto Giannetti da Fonseca

Ronaldo Sardenberg

Ronaldo Veirano

Sérgio Quintella

Sérgio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch



CENTRO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde 1998, *think tank* de referência em relações internacionais no Brasil. Eleito em 2017 o quarto melhor da América do Sul e Central pelo índice global do Think Tanks and Civil Societies Program da Universidade de Pensilvânia.

[www.cebri.org](http://www.cebri.org)